

---

## *Do intelectual ao político: Fernando do Ó e os anos incertos (1933-1935)*

*Of the intellectual to the political: Fernando do Ó  
and year uncertain (1933-1935)*

*Renan Santos Mattos\**

---

**Resumo:** O presente artigo está inserido em pesquisa sobre a trajetória de Fernando do Ó, liderança espírita da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e tem por objetivo analisar pontos controversos de seus posicionamentos políticos no contexto de 1933-1935. Nesse sentido, o propósito é refletir sobre as notas explicativas veiculadas no jornal *Diário do Interior* quando o mesmo é impelido a justificar as escolhas políticas no espaço público da cidade de Santa Maria. Compreende-se tal escrita como indiciária de uma escrita de si em que o mesmo jornal debela-se com suas verdades e constrói uma versão sobre a sua história de vida.

**Palavras-chave:** Espiritismo. Política. Era Vargas.

**Abstract:** This Article is inserted in research on the path of Fernando do Ó, spiritist leadership of the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul, and aims to analyze controversial points of his political positions in the context of 1933-1935. In this sense, the purpose is to reflect on the notes conveyed in the newspaper *Diário do Interior* when it is compelled to justify the choices in the public space of the city of Santa Maria. In this sense, such as writing conjectural is understood a written themselves in the same quenching with its truths, and builds a version of your life story.

**Keywords:** Spiritism. Policy. Vargas War.

---

### **Introdução**

30 de dezembro de 1930. A cidade de Santa Maria era palco de manifestação pública na luta contra a suposta oficialização da Igreja Católica como religião do Estado brasileiro. Nesse ato discursaram: José

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Substituto no Departamento de Metodologia em Ensino da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* renansnatos@gmail.com

B. Leão, professor Cícero Barreto, professor Diógenes Cony, Otacílio Aguiar e o Tenente Fernando Souza do Ó. Sem adentrarmos no desfecho no mínimo excêntrico da história da cidade quando ovos foram lançados sobre os manifestantes, é oportuno relacionar o quanto o episódio, de certa forma, questiona a noção de construção plural, harmônica e tolerante da cultura religiosa brasileira, descortinando uma história de tensões e disputas.<sup>1</sup> Costumamos mencionar esse episódio como o estopim de interesse por Fernando Souza do Ó e justificativa de estudo que tem como objetivo a compreensão em torno de sua vida, seus desafetos e suas redes de sociabilidades.

Um movimento de revisão atingiu o campo historiográfico em finais do século XX. A biografia esteve inserida no interior de debates, fundada em críticas a modelos generalizantes e às nuances da história social e cultural.<sup>2</sup> Esse horizonte historiográfico permitiu interpretar a vida de Fernando do Ó e sua conexão com o campo religioso e com a história do Espiritismo Kardecista de Santa Maria. Sendo assim, inferimos sua atuação como agente autorizado em nome do Espiritismo e o quanto suas ideias representaram uma das estratégias do movimento espírita, suscitando problematizações quanto ao contexto histórico marcado por tensões em torno de conceitos como modernidade e tradição, religião e ciência, religião e política que fervilhavam na sociedade brasileira, no contexto de 1930-1960.

Desse modo, a pesquisa histórica a partir da trajetória de sujeitos que se engajaram e estiveram imbuídos em fazer o Espiritismo, permite percorrer a noção de projeto de vida em que a divulgação e a defesa do Espiritismo consubstanciam a “prática do historiador”. O Espiritismo que mencionamos refere-se à doutrina elaborada por Allan Kardec cujo plano teórico é recorrentemente associado ao paradoxo de se definir ao mesmo tempo científico, filosófico e religioso, características que permitiram sua difusão sobre as classes médias urbanas e intelectualizadas em fins do século XIX e início do século XX.<sup>3</sup> Defendemos, portanto, a perspectiva de biografia intelectual, em que tal exercício corresponde a “uma biografia que tem como eixo a trajetória intelectual, a saber, a produção intelectual, seu engajamento, as redes e os projetos do biografado, bem como a maneira como projetava sua identidade”. (DORS, 2008, p. 36).

Sendo assim, o objetivo central é realizar uma análise acurada sobre as escolhas e a tomada de decisão diante dos campos de possibilidades

social e historicamente delimitados (GINZBURG, 1989, p. 183), bem como considerar as incertezas e as ambiguidades que envolvem as escolhas e sua margem de liberdade. (LEVI, 1996). Nesse sentido, pretende-se levar em conta que, assim “como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”. (GINZBURG, 1996, p. 27).

Diante dessa apresentação geral acerca de nossa pesquisa, o presente artigo procura refletir sobre o projeto político de Fernando do Ó, considerando uma particularidade de sua biografia: o fato de ter participado de agremiações partidárias. Nesse sentido, o propósito é refletir sobre as notas explicativas assinadas por Fernando do Ó no *Diário do Interior*<sup>4</sup> quando o mesmo é impelido a justificar as suas escolhas no espaço público da cidade de Santa Maria. Compreende-se tal escrita como indiciária de um dispositivo de escrita de si em que o mesmo se debela com suas verdades e constrói uma versão sobre a sua trajetória.

## **A Era Vargas e a salvação nacional: projetos em jogo e o alinhamento político**

O regime que se instalou após o golpe de Estado que elevou ao poder Vargas e as oligarquias dissidentes é marcado pela dramaticidade e efervescência política. Segundo Dulce Pandolfi, tal situação tem a ver com a diversidade de forças que havia se aglutinado em torno da Aliança Liberal. Assim, discussões em torno do modelo de Estado faziam parte dos aliancistas: de um lado, os tenentes ansiavam por “um Estado centralizador de orientação nacionalista” (PANDOLFI, 2003, p. 17), do outro, as “oligarquias dissidentes” e suas propostas liberais reivindicavam “limitar os poderes da União e conquistar mais autonomia para o poder estadual”. (PANDOLFI, 2003, p. 18). Esse ponto de relações assimétricas de poder e a necessidade de se mostrar revolucionário justificaram as ondas de insatisfação e oposição que o governo provisório e constitucional de Vargas enfrentou, bem como momentos de crise e tensão, indicados pelos embates de oposição do Estado de São Paulo, em 1932; as tensões da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933; a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935; e o movimento Integralista, em 1938.

Luciano Aronne de Abreu (2007, p. 173), partindo de Boris Fausto, assinala que “a Revolução de 3 de outubro não foi a expressão de uma

oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade entre esses setores”. Logo, define o presente regime nos seguintes termos: “Pode-se afirmar que a formação de um Estado de Compromisso não ocorreu durante o chamado Governo Provisório, mas se estendeu por toda a Era Vargas, sendo uma de suas principais marcas”. (ABREU, 2007, p. 173-174). É possível relacionar o apoio de diferentes segmentos da sociedade, tais como o Exército, as oligarquias estaduais, as classes produtoras, a Igreja e os integralistas, bem como compreender as ambiguidades do período que traziam projetos em torno de nação, Estado e sociedade. Dulce Pandolfi (2003) afirma que o regime conhecido como Estado Novo foi um dos resultados possíveis das lutas e dos enfrentamentos travados durante os incertos e tumultuados anos 30.

Mônica Pimenta Velloso (1982, p. 93) assevera para a conquista simbólica por parte dos intelectuais quando “passaram a desempenhar papel vital na nova ordem [...] enquanto porta-vozes dos verdadeiros anseios da sociedade corporificam e dão forma ao subconsciente coletivo”. Dessa forma, a relação entre intelectuais e Poder Político esteve ligada ao problema da construção de nacionalidade. Endossa-se uma “alma nacional” latente, um projeto político capaz de forjar o povo, cuja ameaça corporificava-se nos princípios liberais e estrangeiros. Ocorrendo, segundo a autora, um movimento de reconceituação e valorização do popular, tomado de hesitação e ambiguidade, já que o povo era visto como inconsciente, analfabeto e deseducado. O pensamento vigente irá reforçar o posicionamento da elite esclarecida e dirigente, capaz de definir os destinos do Brasil e do povo, sendo a cultura popular “a expressão do genuinamente nacional, cabendo ao Estado a função de resguardá-la das invasões ‘alienígenas’”. (VELOSO, 1982, p. 71).

Não obstante isso, o projeto conservador e autoritário trazia sua pauta e arregimentava intelectuais em torno da defesa do “Estado forte, centralizado e antiliberal”. Ângela de Castro Gomes (2005) dimensiona o paradoxo de tal pensamento autoritário, já que ante a falência do liberalismo, tal configuração ideológica atrelou a bandeira da democracia, conferindo novos sentidos e apropriações, culminando na construção de um conceito aparentemente paradoxal: “democracia autoritária”. Intelectuais como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral endossam suas contribuições no sentido de legitimar um modelo ancorado na ação política de Vargas, com seu viés modernizador e corporativista. Nesse sentido, o Estado forte e centralizado convergia

para “uma nova forma de exercício de poder” fundamentada na justiça social e na união povo e Estado.

Dessa leitura, podemos inferir diferentes projetos identitários em que versões e perspectivas salvacionistas da nação são evidenciadas, elaboradas, disputadas na tessitura social. Ainda, segundo Monica Veloso (1982), o ideal de falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento foi assumido por diferentes grupos sociais, reivindicando, assim, o status de guia, condutor e arauto dos anseios sociais e culturais, configurando à intelectualidade uma forma distinta de atuação no espaço público. É diante desse contexto que buscamos interpretar tanto os posicionamentos intelectuais quanto políticos de Fernando do Ó, cujo alinhamento à Liga Pró-Liberdade Religiosa em 1933, à Liga Eleitoral Proletária (LEP), em 1934, e à Aliança Nacional Libertadora, em 1935, evidencia projetos de sua vida. Se temos por objetivo compreendê-lo no âmbito do movimento espírita, suas experiências políticas, tomadas de hesitação e dramaticidade, oferecem uma fenda, uma fissura pela qual se podem explorar o sentido e o significado dessa experiência.

### **Fernando do Ó e a Era Vargas: de intelectual a agente político**

Em 1930, Fernando do Ó tinha 35 anos. Era Primeiro-Tenente no Hospital da Guarnição de Santa Maria e se esforçava para concluir o curso de direito na Faculdade de Pelotas. Nascido na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, aportou em Santa Maria, nos idos de 1913, na graduação de Terceiro-Sargento, sendo designado para a tradicional organização militar – o 7º Regimento de Infantaria.

Fernando do Ó, em virtude da situação migrante e dos afazeres profissionais, frequentava a pensão de Dona Honorina Nunes Pereira, onde fazia suas refeições. Nessa rede, conhecera Maria Altina, uma das filhas de Dona Honorina, responsável pela organização das mesas no estabelecimento. Logo, o casal teria sua vida modificada. Aguçamos nossa curiosidade a partir dos relatos da memória familiar que nos contam que a moça deixava sempre, debaixo do prato de Fernando do Ó. declarações de seus sentimentos. Em 1913, enfim, Maria Altina e Fernando do Ó oficializam o compromisso mediante o noivado.

A partir desses breves eventos, propomos pensar a trajetória de Fernando do Ó a partir de aspectos contextuais. Logo, é possível dizer que sua trajetória coincide com um conjunto de transformações pelas

quais passou a estrutura burocrática e administrativa das Forças Armadas no Brasil. Nesses termos, é importante destacar a perspectiva de ascensão social historicamente ambicionada pelos grupos subalternos ao ingressarem nas fileiras do Exército. Fernando vivenciou esse contexto de transição. Seu envolvimento na campanha do Contestado (1912-1915) é tido como um momento-trauma, “um episódio sangrento e triste do qual ele [Fernando] não gostava de lembrar” (CORRÊA, 2004, p. 21), de uma memória que corresponde às incertezas, às escolhas, aos fracassos e recomeços.

O retorno para Santa Maria em 1915 indicaria novas possibilidades. Assim, em 31 de julho de 1915, casou-se com Maria Altina, a moça dos bilhetes românticos. Surgia, assim, a Família do Ó, constituída de uma prole de dez filhos. Os percursos difíceis de ordem familiar seriam constantes. Compunham a família do Ó: Yvonne, Francisco, Moema, Celina, Doramia, e Maria Nancy, e dos filhos quatro faleceram ainda criança: Paulo, Vanda, Ibsem e Nancy Catarina.

Por fim, outros dois aspectos da trajetória de Fernando do Ó incitam algumas considerações: sua formação acadêmica e o cenário intelectual dos anos de 1930-1940. Nesse sentido, 1932 redimensiona sua inserção social no espaço da cidade. Após a conclusão do curso de Direito na faculdade de Pelotas, surgia o Doutor Fernando do Ó. Essa variedade de espaços sociais<sup>5</sup> repercute sobre a construção da vida do biografado.

Quanto a esse aspecto, a comoção foi generalizada, envolvendo familiares, leitores e amigos. Nesse sentido, o jornal *Diário do Interior* ressalta as inúmeras cartas e felicitações recebidas por Fernando do Ó e a entrega simbólica de uma lembrança por amigos do Hospital da Guarnição Militar de Santa Maria.

Durante a comemoração da conclusão do curso de Direito, o Capitão-Médico Salúcio Brenner de Moraes discursou. Tomado de emoção e em tom de despedida, dirigia-se ao ilustre formando da seguinte forma:

Quando após anos de convívio, em que nos foi dado apreciar as qualidades de inteligência e coração, que te exortam a personalidade, ontem, nos deixaste, para te lançares na senda que teu espírito de combatividade elegeu, fizemos a propósito a guisa de despedida e aplauso, de nos congregarmos para te oferecer o anel simbólico, a fim de que tivesses uma prova de nossa amizade e de nós guardares uma imperecível lembrança. (*DIÁRIO DO INTERIOR*, 7 dez. 1932, p. 4).

O Doutor Salúcio Brenner de Moraes, em suas palavras, resgatou a trajetória de lutas, abnegações e desafios que compuseram a vida de migrante de Fernando do Ó. Logo, enaltecia a trajetória de superação, suas qualidades de perseverança demonstradas na concretização do seu maior objetivo. Ao final do discurso, proferiu palavras de incentivo, desejando votos de felicidades e a certeza de que a mesma fé que o tinha conduzido até ali iria possibilitar novos horizontes e realizações. Enfim, concluiu olhando para o futuro, e que um dia teriam orgulho de dizer: “Aquele era dos nossos”. Não obstante isso, após a família oferecer uma taça de *champagne* aos presentes ligados ao Hospital da Guarnição Militar, a mesma notícia informou que foi organizado um jantar no Clube Caixeral, em que prestaram homenagens ao formando Henrique Bastide e Euclides Dania, médico do Instituto Médico da cidade e Inspetor Federal do Ginásio Santa Maria. Fernando do Ó, emocionado, agradeceu a generosidade de seus amigos. (*DIÁRIO DO INTERIOR*, 7 dez. 1932, p. 4).

Inaugurava-se, assim, segundo Corrêa (2004), uma trajetória de sucesso na “ciência do Direito”. Nesse sentido, a memória de Fernando Corrêa converge por ressaltar as singularidades de Fernando do Ó: “Fernando do Ó lotava as galerias do Fórum quando atuava nos júris, dada a sua oratória e sua eloquência que o tornava como um gigante na tribuna. Como advogado, primava só por defender causas justas.” (CORRÊA, 2004, p. 36).

A excepcionalidade carismática de Fernando do Ó são endossadas por ocasião do fim da greve de 1936, quando um grupo de ferroviários procurou Fernando do Ó a fim de o consultar sobre a proposta encaminhada pelo General Flores da Cunha acerca do fim da greve. O advogado aconselhou que “os grevistas deviam aceitar incontinentemente as condições apresentadas por S. Excia, por isso que o General Flores da Cunha, no seu modo de ver, dava aquilo que lhe era humanamente possível” e complementou afirmando que “deviam confiar na palavra honrada do governador do Estado, pois o mesmo sempre fora um grande amigo dos ferroviários”. A imprensa reafirmava a presença do ilustre advogado nos assuntos da cidade, assim, “o Dr. Fernando do Ó, com o seu parecer, concorreu patrioticamente para a cessação da greve”. (*DIÁRIO DO INTERIOR*, 14 mar. 1936, p. 3).

Por outro lado, é para o Espiritismo que sua vida torna-se proeminente, como se constata em texto de Edmundo Cardoso:

O Espiritismo lhe deve, sobretudo, uma faceta de rara importância e robustez indizível: doutrinador vigoroso, firme e inabalável, dono de convicções admiráveis e contagiantes, numa perenidade de propósitos que lhe dava uma posição ímpar e brilhante na doutrina de Kardec. Respeitado, consultado, atuava como árbitro fiel, justo e apontador dos rumos. Legítima e incontrastável figura apostolar, para melhor identificação do homem dentro de sua religião. (1978, p. 233).

Nesse sentido, retomar Fernando do Ó sobre o ponto de uma inflexão de agente intelectual para agente político permite problematizar pontos suscitados na memória construída do personagem. A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul, e a origem do município está relacionada ao signo das missões jesuíticas e das disputas de fronteira entre as Coroas portuguesa e espanhola. Com a instalação da Viação Férrea, entre 1880 e 1885, passou a ser um importante entroncamento ferroviário, condição essa que permitiu uma pluralização do espaço e dos grupos sociais. (BORIN, 2010).

Marta Borin (2010) analisa o processo de restauração católica em Santa Maria dentro de um contexto nacional. Assim, a historiadora ressalta as modificações vivenciadas no campo religioso da cidade com o investimento do Clero católico na devoção mariana à Nossa Senhora Medianeira de todas as graças foram favoráveis para legitimação da identidade católica no estado e seu viés político. Assim, a Igreja Católica em Santa Maria delineava seu plano de conquista de fiéis e se esforçava para o seu reconhecimento como preponderante no espaço da cidade.

O projeto político de Fernando do Ó é marcado pelo transitar em um campo de lutas e pela apropriação de lutas intelectuais e afinidades em que se insere. A projeção intelectual de Fernando do Ó coincide com a crise do capitalismo dos anos de 1930, bem como com as esperanças e decepções acerca do movimento em torno da Aliança Liberal e a ascensão ao poder de Getúlio Vargas.

É com essa onda de expectativas que os primeiros textos, de forma analítica, parecem dialogar. O contexto político e a busca de um desenvolvimento social e político trazem indícios no recorte de 1931-1933. A questão social e as condições estruturais do povo passam a ser o fio condutor da reflexão do autor. Em o “Problema do trabalho”, de 27 de novembro de 1930, a discussão gira em torno da estrutura trabalhista e a criação do Ministério do Trabalho. O autor tece elogios a essa condição histórica e infere que a situação confortável que o Brasil vive pode ser

atribuída a ações desse sentido. Cita a situação da Europa e o seu insucesso diante da crise tendo “como consequência a adesão das classes trabalhadoras ao comunismo, já que falam ao operariado a linguagem da igualdade econômica, vieram chama-las à realidade”. (Ó, 1930a, p. 2).

Esse tom comparativo reforça o cenário favorável para a política do governo ante a mundo do trabalho com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e ressalta que, a partir da dimensão patriótica, construir-se-ia uma ética do trabalho. Fernando do Ó, nessas palavras, propõe uma série de reformas e sugere:

O maior combate que se pode dar ao Comunismo que nos veio como consequência, dos desmandos governamentais, não é o encarceramento dos adeptos da doutrina de Lenin. Ir ao encontro das modestas aspirações do proletariado; regular horas de trabalho, reformar ampliando, a lei de acidentes de trabalho, expandindo-lhes o espírito do liberalismo; obrigar os grandes industriais e patrões a amparar o operariado valetudinário, tomar, enfim, medidas atinentes ao bem estar material – eis o melhor e mais eficaz meio de combate ao Bolchevismo. (Ó, 1930a, p. 2).

Temos indícios de sua crença na tutela do Estado de forma a propiciar a felicidade de seu povo. O trabalho aqui é entendido como parte integrante do progresso, por outro lado, é sobre o político que se direcionam críticas severas. Desse modo, denunciando a estrutura de um Legislativo conservador, nas suas palavras “lei infame, lei ditatorial, lei acelerada”. (Ó, 1930a, p. 2).

Chama a atenção que esse tom intervencionista do Estado está pautado por um viés modernizador e respaldado na defesa dos direitos fundamentais. Logo, assinala tanto uma política econômica adequada aos novos tempos de desenvolvimento industrial quanto o dilema da nação para o gasto “de energias brasileiras, uma nação moça, em sua politicalha”. (Ó, 1930b, p. 1).

Essa politicalha corresponde, nas palavras do advogado, ao sistema de gastos em propagandas eleitorais, fraudulentas, ao cerceamento da liberdade individual como arma política, isto é, a práticas a serviço de interesses pessoais. Em suas palavras, “sofremos de um amarelão da política”. Nesse sentido, Fernando do Ó se refere a práticas políticas e econômicas que limitam os desenvolvimentos econômico e social, vindo

de encontro ao papel do Estado e do estadista. Em tons patrióticos e com severas críticas à intervenção do Estado na economia, clama por um investimento nas verdadeiras classes produtoras do Brasil. (Ó, 1930b, p. 1).

Nesse sentido, Fernando do Ó defende uma economia fundada na liberdade e a não intervenção do Estado em detrimento da emissão de papel-moeda, ou seja, contraditoriamente, presume um Estado assistencialista, porém de ordem liberal nos assuntos de fundo econômico e, apesar da certeza de uma solução satisfatória por parte do governo provisório, em sua análise, o autor passa a condenar a política de substituição de importação. E, respaldando sua análise, como uma análise científica, julga tal ação como anacrônica, de viés mercantilista, propondo como ponto crucial o corte de gastos públicos como forma de amenizar a dívida pública, sobretudo do que chama de gastos governamentais. (Ó, 1930c, p. 3).

Essa perspectiva bastante testemunhal é a marca do intelectual Fernando do Ó, mas a Constituinte de 1933 e 1934, bem como o seu envolvimento na ANL alterariam sua legenda política. A crítica ao Legislativo e à politicalha convertem-se em candidaturas no contexto da Constituinte de 1933 pelo Partido Pró-Estado Leigo, e, em 1934, pela LEP, abraçando causas em torno da legalidade e os direitos individuais, em que a religião configura-se como um entre tantos elementos. Ante esse ponto, considerando as potencialidades documentais, propõe-se refletir sobre como Fernando do Ó argumenta e interpreta suas experiências políticas, referenciando a construção de uma imagem de si nos chamados anos incertos.

### **A escrita de si de Fernando do Ó: da Constituinte ao sonho aliancista**

A relação com a Maçonaria e os círculos espíritas colocaria Fernando do Ó no centro do debate político da cidade de Santa Maria e do Estado do Rio Grande do Sul. Seu envolvimento político como deputado federal à Constituinte de 1933 pelo Partido Pró-Estado é delimitador e efervescente no presente contexto. Nesse percurso de acusações e defesas, de solidariedades e desafetos, o problema que nos orienta é como Fernando do Ó atribui sentido a esse episódio de sua vida. Assim, em 16 de abril de 1933, temos indícios do tempo de expectativa em artigo intitulado “Manifesto do Doutor Fernando do Ó às forças eleitorais do

Rio Grande do Sul”, Fernando do Ó revela-se como homem público, no qual apontou a agenda política. Nesse sentido, apresenta a sua candidatura “sem cor essencialmente política, de caráter essencialmente popular” (Ó,1933a, p. 3) e como um imperativo de seu tempo, de suas amizades, conclamando a bandeira da liberdade religiosa nos seguintes termos: “E é só pela tolerância, índice de cultura política e religiosa, que se conhece no adversário os mesmos direitos e deveres”. (Ó,1933a, p. 3).

Fernando do Ó articulou-se na legenda do Partido Pró-Liberdade Religiosa e sistematizou seu posicionamento em três blocos: o primeiro relaciona-se a questões de direitos previstos na Constituição, incluindo desde o ensino público, laico e de qualidade até aspectos da vida do trabalhador; por outro lado, é em torno da laicidade como dimensão política que assevera sua militância como podemos constatar:

1º. Manter-se integralmente o artigo 72 e seus § §, da constituição de 1891:

- a) Gratuidade do ensino primário, secundário e Universitário;
- b) Ensino absolutamente laico, separação da Igreja e Estado;
- c) Ensino primário obrigatório;
- d) Divórcio a vínculo;
- e) Regime de 8 horas para trabalhadores do campo, e de 4 horas para o trabalho mineiro;
- f) Ampliação, aos trabalhadores do campo, dos seguros sociais contra a invalidez, acidentes no trabalho, moléstia, velhice e desocupação ocasional;
- g) Reforma radical das leis que regulam a atual sindicalização da classe;
- h) Assistência Médica e hospitalar aos trabalhadores. (Ó,1933a, p. 3).

O segundo e o terceiro aspectos traziam relações entre poder estatal e sociedade, em vias de limitação do Executivo e a garantia da democracia e da ampla defesa:

2º. Restrição ao mínimo dos poderes outorgados ao Executivo para a decretação do estado de sítio a Habeas-Corpus amplo, absoluto, como nos outorgam o constituinte de 91;

3º. Liberdade de Consciência, de pensamento, de reunião, em toda a sua plenitude;

a-c) Aceitação, sem discussão se é ou não deliberação da Câmara, de denúncia contra o Presidente da República por crime comum ou de responsabilidade;

b-b) Criação de uma Justiça Eleitoral Autônoma, e sua magistratura. (Ó, 1933a, p. 3).

As propostas de Fernando do Ó trataram de aspectos do *ethos* católico no que tange ao casamento e à questão do ensino público laico, passando a representar o inimigo público da Nação católica. (Ó, 1933a, p. 3).

Fernando do Ó responde às polêmicas suscitadas em artigo publicado em 2 de maio de 1933, intitulado “Aos meus amigos”, em que somos conduzidos ao regime de verdade e sensibilidade de Fernando do Ó ao argumentar seu envolvimento político:

Não entrei na luta com ambições de posições mais altas nem volúpia de poder. Ascendi, apenas, a instâncias de velhos companheiros de campanhas doutrinárias memoráveis. Sabia de antemão que meu humilde nome não escaparia à maledicência sectarista, mas ao ideal eu sacrifiquei e sacrificarei as vaidades próprias do homem. (Ó, 1933b, p. 2).

É possível compreender o esforço de construir uma imagem de si e uma tática que envolve o endosso sobre a história de sua vida. Esse testemunho envolve a sacralização de si, ao enfatizar valores de humildade, já que inseria sua candidatura em tons de heroísmo e carisma ao escrever:

Saído de classes mais humildes da sociedade – e com que orgulho eu o digo! – adquiri o feio vício de nunca arrastar os que sofrem o controle de seus chefes, às lutas glorificadas do meu ideal. Não quero que o voto do operariado acarrete a supressão de seu pão, nem o desconforto de sua família. Basta-lhes a vida obscura e cheia de lágrimas que levam pelas fábricas e oficinas, pelos campos e pelas cidades. (Ó, 1933b, p. 2).

Nesse ponto, Fernando do Ó demonstrava sua interpretação peculiar de política. Sobre isso, enfatizava seu tempo de expectativas, suas novidades e a pretensão de fazer política de forma diferente, afirmava:

“Promessas de logar na Assembleia dos representantes ou na Câmara Federal de modo a envaidecer qualquer pessoa que não tivesse a vida cheia de trabalhos os mais penosos como eu tenho. A tudo renunciei e renuncio a prol das minhas convicções doutrinárias”. (Ó,1933b, p. 5). Fernando do Ó não alcançou a vitória desejada, o Partido Pró-Estado Leigo não conseguiu nenhuma cadeira na Constituinte, mas representou uma experiência significativa em torno da laicidade e da relação política *versus* religião.

A segunda experiência partidária de Fernando do Ó como candidato a deputado federal pela LEP vem cercada de polêmica, apesar de tal envolvimento indicar a complexidade de seu trânsito em diferentes espaços e grupos sociais, nesse caso, o operariado e as organizações de esquerda. Assim, tal candidatura remete às experiências inéditas no âmbito da formação democrática do Brasil, pois os pleitos de outubro de 1934 iriam decidir os rumos do País no que se refere a deputados federais e Assembleias Constituintes estaduais.

Assim, em 16 de julho de 1934, em Porto Alegre, a LEP foi inaugurada pela Forgs com o objetivo de defender os anseios políticos e econômicos dos trabalhadores. Beatriz Loner infere que a mobilização é uma peculiar forma de organização dos movimentos da esquerda, enfatizando que

a deputação classista, inicialmente desprezada e pouco aproveitada, transformou-se num espaço de disputa entre as várias correntes com inserção no meio operário. Entre estes setores de esquerda, destacaram-se os comunistas, cuja atuação foi fundamental no período, marcando o movimento operário e sindical, devido a uma militância aguerrida e a propostas que encontravam eco na conjuntura e nas preocupações operárias. Deles partiram as principais formas organizacionais, para aglutinar a luta do operariado e de toda a população pobre, como a ANL, a LEP e outras. (1999, p. 493).

Mesmo sem adentrar em discussões mais sistemáticas das organizações da representatividade da esquerda no Rio Grande do Sul, cabe destacar o quanto a LEP teve sua agenda eleitoral questionada ao indicar o nome de Fernando do Ó. Sob o pseudônimo de Vargadas, veja-se o questionamento acerca da legitimidade da candidatura de Fernando do Ó:

A chapa apresentada pela Liga não teve o verdadeiro critério na sua confecção, pois deixaram de figurar nomes de muitos operários indicados de reconhecida competência e de sacrifícios pela causa, para incluir-se nomes que não fazem parte de nenhum núcleo operário, como por exemplo do sr. tenente Fernando do O', oficial do exército e acadêmico de direito. (ALVORADA, 7 out. 1934).<sup>6</sup>

O silêncio de Fernando do Ó é indiciário na imprensa da cidade. Por outro lado, é possível aproximar, dentro da lógica de descontentamento, o regime varguista a partir da adesão aos postulados e diretrizes da ANL nos anos de 1935.

A ANL e a Ação Integralista Brasileira representam o ápice da tensão e polarização do presente contexto, em que projetos da sociedade eram endossados, partilhados e ao mesmo tempo colidiam. Converte também com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, que visava a conter as tensões e reivindicações das massas populares, a conquista e busca de direitos sociais, como sugere Diorge Konrad (2004).

Inaugurada, em meados de 1935, em comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, segundo Anita Leocádio, a ANL constituiu-se de

uma ampla frente formada por setores representativos da sociedade brasileira da época, mobilizados em torno de quatro objetivos principais: luta contra o avanço do integralismo no Brasil e do fascismo no cenário mundial, e luta contra a dominação imperialista e o latifúndio em nosso país". (2005, p. 101).

Em poucos meses, a ANL garimpou estrondosa projeção social. Inúmeros núcleos espalharam-se por todos os cantos do Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a ANL aglutinou diversos setores da sociedade, organizando o diretório estadual em Porto Alegre e vários núcleos em formação no interior do estado, como Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Santa Maria, São Gabriel, Santana do Livramento, São Leopoldo e outros municípios. Para a historiadora Anita Prestes (2005), a adesão de Luiz Carlos Prestes foi fundamental para a penetração e a aceitação desse programa em amplos setores sociais, particularmente, as camadas médias urbanas, incluindo elementos oriundos do tenentismo, desiludidos com a Revolução de 30 e o governo Vargas.

A convulsão social toma conta de maio a junho; Prestes concentra todos os seus esforços para angariar apoio político e levar em curso a concretização de um “Governo Popular Nacional Revolucionário”.<sup>7</sup> O ápice deu-se com a divulgação do Manifesto “Todo poder à ANL”, assinado por Luiz Carlos Prestes e lido por Carlos Lacerda. Segundo Anitta Prestes (2005), a popularização da ANL deu margem à repressão; assim, em julho de 1935, a ANL era alçada à condição de ilegalidade. Paralelamente à iniciativa do cumprimento da ordem de fechar as sedes aliancistas pelo País, instalou-se um clima de insegurança: debates na Câmara dos Deputados, além de inúmeros protestos, manifestações e ameaças de greves gerais em vários pontos do Brasil (reprimidas pelo governo) diante das pretensões de censura e repressão.<sup>8</sup> ).

Dessa forma, partimos de notas da imprensa tanto para configurar o quadro da atuação da ANL em Santa Maria quanto o clima de expectativa e, posteriormente, o pânico que a mesma irá representar. É importante situar que tais notícias partem do contexto de repressão intensa, cuja figura de Fernando do Ó emerge na defesa de sua reputação e com o intuito de resguardar o seu nome, evidenciando a imagem de si significativa no âmbito de seu horizonte de expectativa.

Como ponto inicial, o texto veiculado em *Seção Livre*, de 2 de julho de 1935, sob o título “A Aliança e o Comunismo”, de autoria de Fernando do Ó, como secretário-geral, permite algumas problematizações. Sumariamente, o presente escrito tem por objetivo esclarecer acerca da programação política da ANL, rebatendo e afastando possíveis acusações do viés comunista do grupo. Em sua introdução, Fernando do Ó denuncia a visão limitada em torno da agenda política dos aliancistas ao não perceber “uma corrente poderosa da opinião popular, num crescendo admirável para a implantação do regime verdadeiramente popular, em que o povo tenha participação direta na administração pública”. (Ó, 1935a, p. 4). Diante da orientação dos dirigentes que se dispuseram no âmbito da legalidade, Fernando do Ó passa a distinguir tais programas, recorrendo a alguns conceitos fundamentais.

O primeiro refere-se à questão da propriedade privada. Segundo Fernando do Ó, o objetivo do Comunismo é a eliminação da propriedade privada. A aliança respeita tal preceito, agindo, sobretudo, na partilha igualitária de tais bens. Mencionando uma interpretação acerca da ditadura do proletariado, como insurreição civil, e o ateísmo comunista,

como uma das características do comunismo, Fernando do Ó situava a ANL dentro da ordem da lei, respeitando as liberdades políticas, os de crença e a consciência de todos. Portanto, em suas palavras, é possível compreender uma aliança no âmbito da ordem liberal de cunho democrático e capaz de respeitar as liberdades individuais, sob a ressalva de um governo de massas, do povo e para o povo, em consonância com as propostas políticas até aqui defendidas por Fernando do Ó, e assinala: “A aliança quer o poder dentro da lei, dentro da ordem, por isso respeita as convicções políticas de todos”. (Ó,1935a, p. 4).

Terminadas essas explicações, o artigo passou a comentar o momento político e julgou o enquadramento da ANL como partido comunista como uma forma “de justificar todos os desmandos e ambições de quem vive a explorar o povo”. (Ó,1935a, p. 4). E ao responder a assertiva de que à adesão de Luís Carlos Prestes confirmaria que a ANL corresponderia a uma entidade comunista, escreve que se trata de uma argumentação capciosa e mesquinha, pois tal programa transcende a questão partidária.

Nesse sentido, reiterou à população de Santa Maria seu comprometimento de abandonar o cargo de dirigente em caso de comprovação do viés comunista da ANL. E defende que tal propaganda é incapaz de limitar a atuação do grupo em sua obra eminentemente patriótica e elevada.

Dessas considerações, Fernando do Ó demonstrava seus valores e, ao mesmo tempo, interpretava a propaganda detratadora em torno da ANL como uma estratégia de intimidação àqueles que se opunham à Lei de Segurança Nacional. Nesse sentido, denunciava a truculência da Lei de Segurança e das autoridades diante das restrições das liberdades públicas, questionando as conquistas prometidas pela Revolução (de outubro) de 1930. Concluindo, dessa forma, que tal aproximação das propostas da ANL com o Comunismo corresponderia a uma tentativa de deturpação da imagem pública da agremiação, cabendo ao atual governo a acusação de comunista em virtude de sua truculência. E como conclusão, afirma que “só vêem Comunismo nas propostas da Aliança quem já se habituou a dizer mal dos sentimentos nobres dos outros”. (Ó,1935a, p. 4).

As previsões do secretário da ANL confirmam-se em 14 de julho de 1935 quando o delegado de Polícia, o Capitão Adalardo S. de Freitas, recebeu a ordem de imediato fechamento da Sede do Núcleo da ANL na cidade de Santa Maria. Esclarece que, apesar de ainda não ter sido instalada a sede na ANL, os diretores da mesma foram notificados.

Assim, em 20 de julho do corrente ano, o *Jornal Diário* veiculou informações complementares. Informa que a Polícia local fechou a Liga Sindical Santa-Mariense, onde costumavam se reunir os aliancistas. A notícia ainda trouxe detalhes sobre o comparecimento de Fernando do Ó à Delegacia de Polícia, onde redigiu e assinou a seguinte declaração:

Fernando do Ó, declara para devidos fins, que fechada a Aliança Nacional Libertadora, está completamente exonerado de qualquer ato, que em seu nome, façam ou venham a fazer, elementos simpatizantes a mesma, como sejam publicações em jornal, ou panfletos de declarações subversivas da ordem social. Santa Maria, 18 de julho de 1935. Fernando do Ó – Advogado. (*Ó*, 1935b, p. 4).

Em meio à dramaticidade, Fernando do Ó publicou, em 23 de julho de 1935, na Seção Livre um artigo com o título de “*Explicação Pessoal*”, em que, tomado de hesitação, Fernando do Ó rememora a fundação da ANL:

Procurados por amigos interessados na organização do Diretório local da Alliança Nacional Libertadora, com relutância concordei ser um dos seus fundadores. Escolhidos os membros coube-me o cargo de Secretário Geral. Nesse ponto, fiz o que me foi possível fazer, no sentido de corresponder à confiança dos companheiros que se lembraram de mim, elevando-me as funções de Coordenador, dos elementos simpatizantes à novel agremiação política, como também ao amável convite de Moesias Rolim, de quem recebi poderes de organizar o núcleo local. (*Ó*, 1935b, p. 4).

O advogado argumentou acerca de sua exoneração e o decorrente fechamento do núcleo. O homem privado e o homem público articulam-se; assim, Fernando do Ó aponta para sua dificuldade em dar conta das atividades profissionais e do cargo. E, em busca de certa coerência de representar um homem da lei, na defesa de suas ideias e de seus companheiros, foi até onde a lei permitiu.

A partir daí, Fernando do Ó envereda pelo inarrável, ao trazer suas vivências sob o olhar da repressão. A investigação por parte de policiais de Porto Alegre próxima de sua residência busca demonstrar seu espírito de luta, endossar seus familiares, e, em nome dos mesmos, por sua segurança e integridade física, decidiu submeter-se às ordens do Poder Público. Sobre isso, Fernando escreve: “E cuidei que, em assim procedendo, estava no cumprimento de uma determinação legal. E que meus companheiros comigo concordaram, aguardando o pronunciamento do poder judiciário, para o qual se apelaria em tempo para o reinício das atividades partidárias”. (Ó, 1935b, p. 4).

Ademais, a legalidade e o fechamento da ANL passaram a ser objeto da escrita-confissão do ex-secretário-geral. Dessa forma, reforça sua atuação na lei e para a lei e cita a perda de sentido em continuar na militância, aguardando o posicionamento do Judiciário e uma possível retomada das atividades. A ideia de uma militância racionalizada parece indicar a leitura de Fernando do Ó, sugerindo o clima de revolta como algo delimitador e perigoso da parte dos companheiros que não concordavam com tal posicionamento.

Uma imagem de si novamente emerge, vinculando a ideia de homem de bem, ponderado, racional e fiel aos seus princípios: “Não queriam, assim, a minha colaboração pacífica, ponderada, sensata, preferindo a obra demagógica à tarefa silenciosa de reconstrução indigente e sacrifícios. Não me quiseram compreender.” (Ó, 1935b, p. 4).

Por fim, Fernando do Ó não se reconhece nas ações empreendidas pelos simpatizantes da ANL; segundo ele, não reconhece em virtude de panfletos e ações extremistas, motivo central para a decisão de declarar no jornal local a sua desvinculação da ANL.

Fernando do Ó critica o grupo liderado pelo Primeiro-Secretário, Democratas Pereira Soares. Assim, destacou que, enquanto ele trabalhava na Polícia e no pretório em busca de amparo legal para a divulgação de suas ideias, os demais membros apenas conversavam no café e criavam estratégias de atuação. Por fim, denuncia que a divulgação de panfletos subversivos e a omissão de autoria dos demais membros corresponderia a uma estratégia assumida pelo grupo, marcada pela má-fé, em que a responsabilidade do secretário-geral era ser o para-choque da Polícia. Assim, em suas palavras, “eles faziam, e o secretário que se fosse entender com a polícia”. E com sarcasmo destaca: “Política cômoda, não resta dúvida”. (Ó, 1935b, p. 4).

Em sua conclusão, incita os membros a assumirem seus atos e ratifica que foi até onde a lei permitiu, declarando que tal texto era direcionado aos que estavam alheios aos acontecimentos. E se tivesse que explicar alguma coisa seria diretamente a Moesias Rolim, e não, a quem carece de competência para falar em nome da ANL. Finaliza nos seguintes termos: “Na diretoria andei e fora dele andarei como tenho andado toda a minha vida: – de pé e de cabeça levantada”. (*DIÁRIO DO INTERIOR*, 1935b, p. 4).

Obviamente que Democratas Pereira Soares respondeu à altura. Questionando as explicações e acusações lançadas por Fernando do Ó, defendendo suas causas e ideais, publica artigo intitulado “Aliança Nacional Libertadora” em 24 de julho de 1935. Não cabe aqui referenciar tal réplica. Interessa-nos mais a experiência com a imagem de si que o mesmo assevera construir.

### Considerações finais

Como ponto de conclusão emerge a seguinte questão: Por que retornar a esses episódios? Giovanni Levi (1996, p. 173) afirma que a biografia possibilita responder a questionamentos a respeito de “como os indivíduos se definem (conscientemente ou não)”, o sujeito como ideólogo de si, utilizando os termos de Pierre Bourdieu. Nesse caminho, entre angústias e dores, em que Fernando do Ó coloca a si mesmo entre a explicação-confissão, percebe-se o seu esforço como intérprete de sua vida. Assim, as narrativas que elabora sobre si buscam conferir consistência e constância, continuidade e coerência às suas múltiplas experiências (SCHMITD, 2009, p. 195), indicam a assimetria de impor as verdades nessa narrativa, escrita no calor dos acontecimentos e em meio a tanta dramaticidade. Uma narrativa que se esforça em conciliar, em se tranquilizar diante das hesitações.

Ainda que tomados de hesitações, o “falar de si” de Fernando do Ó recorre a uma estratégia de impor uma imagem organizada, já que se apropria de um sentido coerente diante das decisões assumidas em sua vida pública: o homem de bem, devotado à família, delineado pela honra e abnegação em nome da sociedade confrontam-se com as contradições e incertezas do presente diante de acusações e constrangimentos repressivos por parte de seus adversários políticos e do Estado.

Entende-se aí todo o esforço de Fernando do Ó em gerenciar os dilemas de sua vida, e o tornar-se político em tão distintos espaços sociais configurou-se no adentrar na instabilidade, em que demarcar sua origem humilde, sua devoção ao trabalho e à família representaram a imposição de suas verdades, decorrentes de um processo psicossocial e penoso de sua identidade pessoal e coletiva. Logo, é possível perceber o quanto Fernando do Ó “procura sempre apaziguar os conflitos, fechar as feridas, restaurar as ruínas, silenciar as dores, ele tem compromisso com a subjetividade”. (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 131-132). O escrito altamente político, em busca de redenção, emerge como túmulo dos vencidos, como projeto de sonhos em ruínas dos planos que não se concretizaram. O intrigante é como as expectativas se modelam, como há o esforço de Fernando do Ó em controlar as nuances das suas experiências, confirmando o lugar privilegiado da análise de trajetórias para pensar os projetos, sonhos e fracassos aos quais os sujeitos históricos estiveram engajados.

## Notas

---

<sup>1</sup> Conforme manifesto intitulado “Eles e os ovos”, escrito por Otacílio Aguiar, corresponde a interpretações do evento e à percepção da tensão vivenciada no campo religioso e o mesmo está disponível no Acervo Documental da Aliança Espírita Santa-Mariense com data de 30 de dezembro de 1930.

<sup>2</sup> Sobre a discussão do retorno biográfico, ver BORGES (2006) e SCHMIDT (2000) referente ao retorno biográfico como indiciário de uma revisão em torno do sujeito na história e nas ramificações em diferentes tendências historiográficas.

<sup>3</sup> O Espiritismo é uma alternativa religiosa típica de camadas médias urbanas, que enfatiza o saber letrado e a formação

erudita, com intensa valorização das práticas de estudo e leitura (LEWGOY, 2000). Nessa lógica, no Brasil, assistiu à emergência de um intenso movimento literário a partir dos anos de 1930.

<sup>4</sup> Para facilitar a leitura, realizamos a atualização da escrita das fontes.

<sup>5</sup> O mesmo ano de 1915 também indica outro evento marcante de sua trajetória. Ainda Sargento, passou a fazer parte da Loja Maçônica Luz e Trabalho. Como destacado, a polarização e a tensão inseriam-se nessa lógica de atuação do movimento maçônico de cunho anticlerical. A Loja Maçônica Luz e Trabalho nasceu da fusão, em 1907, das Lojas Luz e Fraternidade e Paz e Trabalho.

Segundo Vésicio (2010), existe uma intensa documentação entre as lojas e o Grande Oriente (Gorgs) que confirmam a presença do pensamento anticlerical.

<sup>6</sup> Citado por Beatriz Loner. (Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937, 1999, p. 502).

<sup>7</sup> Conforme Anita Prestes (2005).

<sup>8</sup> Sobre essa discussão, Konrad (2004) assinala práticas repressivas durante o

período de 1930 e 1937, como forma de contenção das tensões sociais em volta do contexto analisado. Assim, se enfatiza a resistência dos operários no contexto e se assevera que “a hipótese central a ser desenvolvida é que após o Movimento de Outubro de 1930, a ‘questão social’, assim como a ‘questão política’, continuaram a ser tratadas como um ‘caso de polícia’”. (KONRAD, op. cit., 2004, p. VI).

## Referências

---

ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

BORGES, Vavy P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos) – Unisinos, São Leopoldo, Brasil, 2010.

CARDOSO, Edmundo. *História da Comarca de Santa Maria*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1978.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003. p. 123-138.

CORRÊA, Fernando A. R. *Fernando do Ó: a caminho da luz*. Santa Maria, 2004.

DORS, Marinês. *Dyonélio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual*. Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2008.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 179-202.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, p. 105-119, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2004.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 167-183.
- LONER, Beatriz. Classe operária: organização e mobilização em Pelotas: 1888-1937. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 1999.
- LORIGA, Sabina. A biografa como problema. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998. p. 225-249.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-37.
- PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXX, n. 1, jun. 2005.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n.10, p. 131-142, 2004.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984): apontamentos sobre uma pesquisa em curso. *História Unisinos*, v. 13, p. 189-196, 2009.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 1987.

### Fontes Documentais

- AÇÃO das autoridades. *Diário do Interior*, Santa Maria, n, 158 , 14 jul. 1935.
- A REPRESSÃO do extremismo nessa cidade: uma declaração. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 162 , 20 jul. 1935.
- HOMENAGEM ao formando. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 279, 14 dez. 1932.
- O FIM da greve dos ferroviários. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 38, 14 fev. 1936.
- Ó, Fernando Souza do. O problema do trabalho. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 282, 27 nov. 1930a.
- \_\_\_\_\_. Ponto de Vista. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 83, 16 dez. 1930b.
- \_\_\_\_\_. Ponto de Vista. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 288, 23 dez. 1930c.
- \_\_\_\_\_. Manifesto dô Doutor Fernando do Ó às forças eleitoraes do Rio Grande do Sul. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 83, 16 abr. 1933a.
- \_\_\_\_\_. Aos meus amigos. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 95, 2 maio 1933b.
- \_\_\_\_\_. Aliança e comunismo. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 147, 2 jul. 1935a.
- \_\_\_\_\_. Explicação pessoal. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 164, 23 jul. 1935b.
- PRÓ-LIBERDADE religiosa. *Diário do Interior*, Santa Maria, n. 294, 30 dez. 1930.